Fiabesa
QUALIDADE EM EMBALAGENS FLEXÍVEIS

Jaboatão dos Guararapes, 16 de abril de 2018

À

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

Rua Sete de Setembro, nº 111- 33º andar-Centro

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20159-900

Att. Responsável pelo Controle das Cias. Incentivadas

Prezado Senhor(a)

Fiabesa Guararapes S/A com sede na Rodovia BR 101-Sul-KM. 86,6 sala 01– Prazeres – Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 03.083.850/0001-99, com registro de companhia incentivada mantido nesta Autarquia sob o código nº 51.857-3, vem à presença de V.Sa. expor e adiante requerer o que se segue:

a) O grupo líder empreendedor detém a totalidade das ações Ordinárias e Preferenciais emitidas pela Companhia;

b) A Assembléia Geral Extraordinária da requerente, realizada em 28 de fevereiro de 2018, autorizou a Diretoria da Sociedade a solicitar o cancelamento do seu registro nesta Comissão;

c) A requerente anexa os documentos adiante discriminados:
c.1 - Cópia da AGE realizada em 28/02/2018 devidamente arquivada na JUCEPE – Junta Comercial do Estado de Pernambuco (doc.1);
c.2 – Quadro demonstrativo elaborado em data imediatamente anterior à realização da AGE, evidenciando todos os acionistas da sociedade anônima (Doc. 2);

c.3 - Declaração expedida pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A comprovando que o Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR não detém nenhuma ação emitida pela requerente (doc. 3).

c.4 - Cópia das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31.12.2017 devidamente auditadas por Auditor Independente registrado na CVM.

Diante do exposto, vem a requerente, na conformidade da instrução CVM nº 265, de 18/07/97 e suas alterações, requerer, inicialmente, o cancelamento do seu Registro de Companhia Incentivada e após o referido cancelamento, vem a requerente, nos termos do disposto no artigo 31 da lei nº 10522, de 19/07/2002, pleitear o cancelamento da cobrança das Taxas de Fiscalização, definidas na Lei nº. 7940/89. e de eventuais multas e/ou encargos que lhes tenham sido aplicados por esta Comissão.

No aguardo de breve pronunciamento de V.Sa. aproveitamos para manifestar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Fiabesa Guararapes S/A
Arthur de Azevedo Maranhão
Diretor Superintendente

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET
Código de Autenticação 1359.0076.6323.2008
Cetidão gerada em 2/4/2018 09:23:26
PROTOCOLO SIARCO 18/947924-8

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

EMPRESA FIABESA GUARARAPES S/A
NIRE 26.3.0001099-2
ATO 007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
EVENTO(S) 007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

ASSINADO POR

Signature Not Verified
Digitally signed by ANDRE AYRES BEZERRA DA COSTA:36679631491
Date: 2018.04.03 15:35:50 -03:00
Reason: DOCUMENTO DE REGISTRO E COMÉRCIO
Location: RECIFE-PE

ARQUIVADO EM 2/4/2018 09:23:26
AUTENTICIDADE 1359.0076.6323.2008
Autenticidade http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=1359007663232008

Recife, 02 de abril de 2018
André Ayres Bezerra da Costa
Secretário Geral

FIABESA GUARARAPES S/A
CNPJ(MF) 03.083.850/0001-99
NIRE: 26.3.0001099.2

Ata da Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas realizada em 28 de fevereiro de 2018.

Aos 28 dias do mês de fevereiro do ano de 2018, às 08,00 horas, na sede social, na Rodovia BR 101 Sul Km 86,6 Sala 01, Prazeres, Jaboatão dos Guararapes-PE, em 1ª convocação, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária todos os acionistas da FIABESA GUARARAPES S/A, que representavam a totalidade do capital social sem exceção, como tudo se verificou de suas assinaturas no livro de presença. De acordo com os estatutos sociais, e, por aclamação, assumiu a presidência dos trabalhos o acionista **Arthur de Azevedo Maranhão**, o qual, para secretariá-lo convidou o acionista **Gerson de Albuquerque Maranhão Neto** que aceitou o encargo, ficando assim constituída a mesa. Verificando terem sido cumpridas todas as exigências legais e estatutárias, o Presidente declarou instalada a Assembléia Geral Extraordinária, informando que foi dispensada a formalidade de sua convocação por anúncios publicados na imprensa, pelo fato de estarem presentes todos os acionistas da Sociedade, sem exceção. Com a palavra, o Presidente disse que essa Assembléia deveria discutir e deliberar sobre a proposta de autorizar a diretoria da sociedade a requerer à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o cancelamento do seu registro de Companhia Incentivada. Informou ainda o Presidente que o grupo líder empreendedor, detém a totalidade das ações ordinárias e das ações preferenciais emitidas pela Companhia, não existindo, nenhuma ação em circulação no mercado, enquadrando-se, portanto, a Companhia nas regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 265, de 18/07/97 e alterações posteriores, podendo, então, requerer à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o cancelamento de seu registro de Companhia Incentivada, cujo código tem o nº 51857-3. Posta a matéria em discussão, foi a mesma aprovada sem restrições, ficando a Diretoria autorizada a requerer à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o cancelamento do seu registro naquela Comissão. Disse ainda o Presidente que o Conselho Fiscal, órgão de funcionamento não permanente, não havia sido instalado até a presente data, razão pela qual não houve pronunciamento do mesmo sobre as matérias aprovadas nesta Assembléia. Aprovado e confirmado unanimemente tudo o que ficou deliberado do modo acima consignado, e, como nada mais houvesse a tratar, e, ninguém quisesse fazer uso da palavra, foi essa sessão suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata no livro próprio da forma prevista na lei. Reaberta a sessão, foi esta mesma ata lida, e, aprovada, vai assinada por todos os acionistas presentes, dela se tirando cópias autênticas e do mesmo teor integral, as quais terão as destinações legais. Jaboatão dos Guararapes-PE, 28 de fevereiro de 2018. Ass) Gerson de Albuquerque Maranhão Neto – Secretário; Ass) Arthur de Azevedo Maranhão – Presidente; Acionistas:Tarcícia de Azevedo Maranhão; Gerson de Albuquerque Maranhão Neto; Arthur de Azevedo Maranhão; Paulo Tenório Maranhão; Christina de Azevedo Maranhão; Nelson Luiz Nadler Moreira; Ipanema Empreendimentos S/A: Ass) Ass.) Arthur de Azevedo Maranhão – Diretor Administrativo; Ass.) Gerson de Albuquerque Maranhão Neto – Diretor Administrativo. A presente ata está registrada no Livro de Atas das Assembléias Gerais nº 03 às fls. 88.

Confere com o original

Ass.) Arthur de Azevedo Maranhão

JUCEPE JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO

Documento disponibilizado a 440.768.944-72 - marinalva lopes
Data - 2/4/2018 09:23:26
Código de Autenticação 1359.0076.6323.2008
Junta Comercial de Pernambuco
Autenticidade http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=1359007663232008

CHANCELA DIGITAL
NIRE 26.3.0001099-2
Nº PROTOCOLO 18/947924-8 PROTOCOLADO 26/3/2018 08:33:34
Nº ARQUIVAMENTO 20189479248 ARQUIVADO 2/4/2018 09:23:26
EMPRESA FIABESA GUARARAPES S/A

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 02/04/2018
SOB Nº: 20189479248
Protocolo: 18/947924-8
Empresa: 26 3 0001099 2
FIABESA GUARARAPES S/A

ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA
SECRETARIO-GERAL

JUCEPE
JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO

Documento disponibilizado a 440.768.944-72 - marinalva lopes
Data - 2/4/2018 09:23:26
Código de Autenticação 1359.0076.6323.2008
Junta Comercial de Pernambuco
Autenticidade http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=1359007663232008

CHANCELA DIGITAL
NIRE 26.3.0001099-2
Nº PROTOCOLO 18/947924-8 PROTOCOLADO 26/3/2018 08:33:34
Nº ARQUIVAMENTO 20189479248 ARQUIVADO 2/4/2018 09:23:26
EMPRESA FIABESA GUARARAPES S/A

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

Fiabesa

QUALIDADE EM EMBALAGENS FLEXÍVEIS

Termo de Responsabilidade

A Fiabesa Guararapes S/A, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.083.850/0001-99, neste ato representada pelo seus Diretores, Arthur de Azevedo Maranhão e Gerson de Albuquerque Maranhão Neto, vem, por meio do presente Termo de Responsabilidade, declarar, nos termos do art. 2º, § 3º alínea a, da Instrução CVM nº 265/97, que a totalidade do seu capital social pertence ao seu grupo controlador, conforme quadro demonstrativo abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL DA FIABESA GUARARAPES (POSIÇÃO EM 27/02/2018)

ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES			TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREF. "A"	PREF. "B"	
PAULO TENÓRIO MARANHÃO	3			3
CHRISTINA DE AZEVEDO MARANHÃO	3			3
NELSON LUIZ NADLER MOREIRA	3			3
TARCICIA DE AZEVEDO MARANHÃO	762.426	3.665.125		4.427.551
ARTHUR DE AZEVEDO MARANHÃO	773.732	3.665.634		4.439.366
GERSON DE ALBUQUERQUE MARANHÃO NETO	773.732	3.665.084		4.438.816
IPANEMA EMPREENDIMENTOS S/A	119.991.766	9.500.464	30.998.353	160.490.583
TOTAL	122.301.665	20.496.307	30.998.353	173.796.325

Jaboatão dos Guararapes, 27 de fevereiro de 2018

Arthur de Azevedo Maranhão
Diretor Superintendente

Gerson de Albuquerque Maranhão Neto
Diretor Administrativo

Banco do Nordeste

ÉTICA
EU E VOCÊ SOMOS OS RESPONSÁVEIS

Ofício-2018/0486-0093

Fortaleza - CE, 09 de março de 2018.

Ao Senhor
Arthur de Azevedo Maranhão
FIABESA GUARAPES S/A
Rodovia BR-101 Sul - Km 86,6 - s/nº - Prazeres
55345-160 - JABOATÃO DOS GUARARAPES (PE)

Assunto: **FINOR - SOLICITAÇÃO DE DECLARAÇÃO**

Senhor Diretor,

1. Em atendimento ao correio datado de 26/02/2018, remetemos, em anexo, declaração de que o Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR não possui, em sua Carteira, títulos de emissão dessa empresa, CNPJ nº 03.083.850/0001-99.

Atenciosamente,

ANA Maria Nunes Macêdo Pereira
Gerente Executiva (85) 3299-3368
Célula de Incentivos Fiscais

Francisco ROGÉRIO Gomes Cruz
Gerente do Ambiente em exercício (85) 3251-7226
Ambiente de Distribuição e Suporte de Fundos de Investimento

Av. Dr. Silas Munguba, 5700 - Passaré
60743-902 - Fortaleza-CE - Brasil
SAC: 0800.7283030 - Ouvidoria: 0800.0333033
E-mail: relacionamento@bnb.gov.br
Homepage: www.bancodonordeste.gov.br

Banco do Nordeste

ÉTICA
EU E VOCÊ SOMOS OS RESPONSÁVEIS

DECLARAÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil S/A, por seus administradores abaixo assinados, na qualidade de operador do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, declara para os devidos fins, que atualmente não integram à Carteira, do referido Fundo, títulos emitidos pela empresa FIABESA GUARARAPES S/A (CNPJ nº 03.083.850/0001-99).

Informa, ainda, que o saldo de 5.496.307 ações preferenciais nominativas classe "A", emitidas pela referida empresa, de propriedade do FINOR, foi negociado no 277º Leilão Especial, realizado em 23/11/2017, via sistema eletrônico de negociação do Segmento BOVESPA, coordenado pela B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo (SP).

Fortaleza (CE), 09/03/2018

Pelo BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE ATIVOS DE TERCEIROS

ANA MARIA Nunes Macêdo Pereira
Gerente Executiva (85) 3299-3368
Célula de Incentivos Fiscais

Francisco ROGÉRIO Gomes Cruz
Gerente do Ambiente em exercício (85) 3251-7226
Ambiente de Distribuição e Suporte de Fundos de Investimento

Av. Dr. Silas Munguba, 5700 - Passaré
60743-902 - Fortaleza-CE - Brasil
SAC: 0800.7283030 - Ouvidoria: 0800.0333033
E-mail: relacionamento@bnb.gov.br
Homepage: www.bancodonordeste.gov.br

FIABESA GUARARAPES S.A.

CNPJ/MF nº 03.083.850/0001 - 99.

RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas, em obediência as disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas., o balanço patrimonial, e demais demonstrações contábeis. Outrossim, colocamo-nos a disposição dos srs. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Jaboatão dos Guararapes (PE), 21/03/2018. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em R$)

ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Cxa. e equivalentes de cxa.	4	14.903.254	9.577.084
Contas a rec. de clientes	5	21.239.532	24.034.482
Estoques	6	5.508.981	6.573.335
Impostos a recuperar	7	1.709.094	1.074.466
Adiantamentos concedidos	8	672.949	1.556.198
Despesas antecipadas		263.861	324.851
Total do ativo circulante		44.297.671	43.140.416
NÃO CIRCULANTE			
Sociedades relacionadas	9	34.515.271	29.773.569
Depósitos judiciais	17	2.001.628	755.609
Impostos a recuperar	7	94.927	46.543
Investimentos		-	35.279
Imobilizado	10	47.570.883	34.558.612
Intangível	11	1.052.542	427.378
Total ativo não circulante		85.235.251	65.596.990
TOTAL DO ATIVO		129.532.922	108.737.406

PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	18.186.547	20.085.034
Emprést. / financiamentos	13	3.757.852	2.633.139
Obrig. soc. e trabalhistas	14	3.112.451	3.147.636
Obrigações fiscais	15	1.992.727	1.604.523
Adiantamentos de clientes		499.417	582.530
Total do passivo circulante		27.548.994	28.052.862
NÃO CIRCULANTE			
Emprést. / financiamentos	13	15.093.928	2.908.150
Obrigações fiscais	15	243.589	1.904.828
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	5.880.227
Provisões p/ riscos tribut., cíveis e trabalhistas	17	15.856.112	17.681.650
Total passivo não circulante		31.193.629	28.374.855
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	19	111.917.998	102.989.125
Reservas de lucros		378.897	-
Lucros/Prej. acumulados		(41.506.596)	(50.679.436)
Total do patrimônio líquido		70.790.299	52.309.689
TOTAL DO PASSIVO E PL		129.532.922	108.737.406

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 2016 (Em R$)

	Nota	2017	2016
Receita operac. líquida	20	142.816.706	135.118.159
Custo das vendas	21	(119.903.748)	(113.325.831)
Lucro bruto		22.912.958	21.792.328
(Desp.) / receitas operac. gerais e administrativas	22	(23.650.249)	(20.255.299)
Tributárias		(1.187.120)	(1.275.983)
Outros res. operacionais	23	11.786.386	10.788.953
Resultado de equiv. patrim.		-	(99.566)
		(13.050.983)	(10.841.895)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		9.861.975	10.950.433
Resultado financeiro			
Receita financeira		1.065.996	596.010
Despesa financeira		(2.692.279)	(2.569.989)
Variações cambiais		-	(1.310.128)
		(1.626.283)	(3.284.107)
Lucro líquido do exercício		8.235.692	7.666.326
Lucro líquido básico diluido por ações em R$		0,05	0,07

DEMONST. DOS RESULTADOS ABRANGENTES P EXERCÍCIOS FINDOSEM 31/12/2017 E 2016 (Em R$)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	8.235.692	7.666.326
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do res. abrang./exercício	8.235.692	7.666.326

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 2016(Em R$)

Das atividades operacionais	2017	2016
Lucro líquido do exercício	8.235.692	7.666.326
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de cxa. das ativid. operacionais:		
Depreciação e amortização	2.952.960	2.649.008
Baixas do imobilizado	57.590	(124.980)
Resultado de equiv patrimonial	-	99.566
	11.246.242	10.289.920
Aumento e (redução) nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	2.794.950	(3.532.876)
Estoques	1.064.354	6.362.522
Impostos a recuperar	(683.012)	2.179.424
Adiantamentos concedidos	883.249	(1.179.460)
Despesas antecipadas	60.990	96.474
Depósitos judiciais	(1.246.019)	(565.670)
Outras contas a receber	-	(3.000.000)
Fornecedores	(1.898.487)	13.042
Obrig. sociais e trabalhistas	(35.185)	305.568
Obrigações fiscais	(797.777)	(710.117)
Adiantamentos de clientes	(83.113)	(97.142)
Provisões p/ riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(245.686)	106.147
Outras contas a pagar	-	1.940.244
Caixa e equiv. de cxa. gerado e aplic. pelas ativ. operacionais	11.060.505	12.208.076
Das ativid. de investimento		
Aquisição de investimentos	35.279	-
Alienação de investimentos	-	29.216.035
Aumento de capital	8.928.873	13.019.308
Incorporações	(739.064)	-
Aquis. de bens do imobilizado	(15.892.639)	(1.749.647)
Aquis. de bens do intangível	(755.346)	-
Caixa e equival de cxa gerado /aplicado pelas ativ. de invest.	(8.422.897)	40.485.697
Das ativid. de financiamento		
Variação na de conta de sociedade relacionada	(4.741.702)	(41.705.591)
Var. na conta de empréstimos e financiamentos	13.310.491	(4.147.601)
Adiant. p/ futuro aum de capital	(5.880.227)	1.737.411
Caixa e equiv. de caixa gerado /aplicado pelas ativ. de financ.	2.688.562	(44.115.781)
Aumento / red. de caixa e equiv. de cxa das operações contin.	5.326.170	8.577.991
Aumento / red. do saldo de cxa e equiv. de cxa. representados por		
No início do período	9.577.084	749.133
No final do período	14.903.254	9.577.084
	5.326.170	8.827.951

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO P/ OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2016 E 2017(Em R$)

Receitas	2017	2016
Vendas merc. fabric. própria	142.816.706	135.118.159
Provisão p/ devedores duvid.	(1.103.479)	-
Não operacional	91.273	(57.074)
	141.804.500	135.061.085
Insumos adq. de Terceiros		
Mat. primas consumidas	(79.919.626)	(74.350.101)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outras utilidades	(18.724.412)	(16.404.468)
Outros custos	(15.147.001)	(17.785.615)
	(113.791.039)	(108.540.184)
Valor adicionado bruto	28.013.461	26.520.901
Retenções		
Depreciação e amortização	(2.952.960)	(2.577.576)
	(2.952.960)	(2.577.576)
Valor adicion prod. p/ empresa	25.060.501	23.943.325
Valor adicion. rec. em transf.		
Resultado de equiv. patrimonial	-	(99.566)
Receita financeira	1.065.996	596.010
Subvenções	11.695.113	10.846.027
	12.761.109	11.342.471
Valor adicion. total a distribuir	37.821.610	35.285.796
Distrib. do valor adicionado		
Pessoal e encargos	25.706.519	22.463.369
Impostos, taxas e contribuições	1.187.120	1.275.983
Juros	2.692.279	3.880.117
Lucros ret. / prej. do exercício	8.235.692	7.666.326
Valor adicionado distribuido	37.821.610	35.285.796

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONST. CONT.ÁBEIS EM 31/12/2017 E 2016

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL: Objeto social: A Fiabesa Guararapes S.A. ("Sociedade") tem por objeto a produção e comércio de fios de tecidos sintéticos e embalagem de polipropileno e produtos correlatos, inclusive exportação de sua produção industrial e importação de matéria prima; recuperação de materiais plásticos, coleta de resíduos perigosos; coleta e recuperação de resíduos para obtenção de matéria-prima secundária; compra e venda de imóveis; gestão e administração da propriedade imobiliária; aluguéis de imóveis próprios; fabricação de embalagens de material plástico; apoio administrativo e participação como cotista ou acionista do capital de outras Sociedades.Eventos societários relevantes: Na AGE, realizada em 28/11/2017, foi aprovada a incorporação das Sociedades PAVESA e Fiabesa Alagoas S.A., considerando as condições e termos estabelecidos no Protocolo de Incorporação e nos Laudos de Avaliação. Adicionalmente, foi aprovado o aumento de capital social da Sociedade em razão da incorporação pelo valor patrimonial líquido vertido destas Sociedades. Vide Nota Explicativa nº 19.2. Foi colocada em oferta pública, através de 3 (três) leilões ocorridos em 25/07/2017, 28/09/2017 e 29/11/2017, a participação do capital social do FINOR, a qual foi adquirida pelos acionistas da Fiabesa Guararapes S.A. e outros acionistas minoritários. Vide Nota Explicativa nº 19.2. **NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEM. CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINC. PRÁTICAS CONTÁBEIS**: **2.1. Base de Preparação - 2.1.1 Declaração de Conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das disposições da Lei das Sociedades por Ações, Lei Nº 6.404/76, de 15/12/1976, a qual foi modificada pelas Leis Nº 11.638 de 28/12/2007, e pela Medida Provisória Nº 449 de 03 /12/2008, transformada na Lei Nº 11.941/27/05/2009, e consoante as práticas contábeis descritas na Nota **Explicativa Nº 2.2; 2.1.2 - Base de Mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma; **2.1.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**: Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade; **2.1.4. Aprovação das Demonstrações Contábeis:** A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2017 em 23/03/2018; **2.1.5. Uso de Estimativas, Premissas e Julgamentos Contábeis;** Na preparação das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a Administração da Sociedade utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos do passado e considerando ainda pressupostos de eventos futuros. As demonstrações contábeis incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, vida útil econômica do ativo imobilizado, provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas; **2.2. Principais Práticas Contábeis:** Entre as principais práticas e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis destacam-se: **(a) Apuração do Resultado** - Os resultados são registrados pelo regime de competência; **(b) Caixa e Equivalentes de Caixa** - Refere-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; **(c) Instrumentos Financeiros** - A classificação dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados, sendo eles, quando aplicável, classificados nas seguintes categorias: Ativos financeiros não derivativos. A Sociedade reconhece o caixa e equivalente de caixa inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade deixa de reconhecer um ativo quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa de ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro por meio de uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Sociedade classifica os ativos financeiros não derivativos como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber mútuos com sociedades relacionadas e outras contas a receber. * Passivos financeiros não derivativos. Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos incialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Sociedade classifica os passivos financeiros não derivativos como empréstimos e financiamentos, fornecedores, mútuos entre partes relacionadas e outras contas a pagar; (d) Estoques: Os estoques foram avaliados ao custo de aquisição ou fabricação, que não excede o valor de mercado ou o valor líquido de realização; (e) Imobilizado: É demonstrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. A depreciação, exceto para os terrenos e para as obras em andamento que não são depreciados, é apropriada em contrapartida do resultado do exercício-despesas gerais e administrativas, sendo calculada, com base na vida útil econômica estimada dos bens; (f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco efetuadas pela Administração e pelos Assessores Jurídicos da Sociedade. A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas foi constituída mediante a avaliação de riscos prováveis, suportadas por pareceres jurídicos interno ou externo, com base nos fatos conhecidos na data do balanço; (g) Lucro por ação - O lucro por ação é calculado com base no número de ações em circulação na data do balanço patrimonial; (h) Outros Ativos e Passivos - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquida-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis no prazo de um ano são demonstrados como circulantes. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **NOTA 03. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS:** A Sociedade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 2016 (Em R$)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reservas de incent. fiscais	Reservas de lucros: Reserva legal	Lucros/Prej. acumulados	Total
Saldos em 31/12/2015		**89.969.817**	**959.294**	**-**	**(41.729.553)**	**49.199.558**
Ajustes de ex. anteriores	19.5	-	-	-	(17.575.503)	(17.575.503)
Reversão de reserva	19.3	-	(959.294)	-	959.294	-
Aumento de capital	19.2	13.019.308	-	-	-	13.019.308
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.666.326	7.666.326
Saldos em 31/12/2016		**102.989.125**	**-**	**-**	**(50.679.436)**	**52.309.689**
Ajustes de ex. anteriores	19.5	-	-	-	2.055.109	2.055.109
Aumento de capital	19.2 (a)	5.880.227	-	-	-	5.880.227
Incorporação F. Alagoas S.A	19.2 (b)	31.835	-	-	(739.064)	(707.229)
Incorporação Pavesa	19.2 (b)	3.501.348	-	-	-	3.501.348
Redução do capital	19.2 (b)	(484.537)	-	-	-	(484.537)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.235.692	8.235.692
Constituição de Reserva	9.3	-	-	378.897	(378.897)	-
Saldos em 31/12/2017		**111.917.998**	**-**	**378.897**	**(41.506.596)**	**70.790.299**

NOTA 04. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	2017	2016
Caixa	1.747	3.879
Bancos conta corrente	1.000.004	729.222
Aplicações financeiras	13.901.503	8.843.983
	14.903.254	9.577.084

As aplicações financeiras são equivalentes de caixa por apresentarem liquidez em curtíssimo prazo e estarem sujeitas a conversão imediata em dinheiro por valores conhecidos e, também, de riscos reduzidos de alteração de valor, em virtude de flutuações nas taxas de juros, por estarem próximas da data de vencimento. As aplicações financeiras estão lastreadas pelo CDB, que têm vencimento a cada 252 dias, com rendimento no valor correspondente a 94% da variação do CDI.

NOTA 05. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:

O saldo das contas a receber de clientes está representado pelas rubricas:

	2017	2016
Duplicatas a vencer	21.206.108	23.947.903
Vendas em consignação	-	66.112
Outros créditos	33.424	20.467
	21.239.532	24.034.482

O prazo de recebimento varia entre 30 e 60 dias. A seguir, são demonstrados os saldos de duplicatas a receber por idade de vencimento:

	2017	2016
A vencer	20.464.567	21.203.010
Vencidos até 30 dias	608.578	1.437.430
Vencidos entre 31 e 90 dias	101.857	71.715
Vencidos entre 91 e 120 dias	-	29.433
Vencidos há mais de 121 dias	31.106	1.206.315
	21.206.108	23.947.903

Em 31/12/2017, a Sociedade possui saldos vencidos, há mais de 121 dias, no montante de R$ 31.106 (2016: R$ 1.206.315), dos quais não foi constituída Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa. A Sociedade está efetuando os procedimentos de cobrança cabíveis para o recebimento dos títulos vencidos.

NOTA 06. ESTOQUES:

	2017	2016
Matéria - prima	2.105.831	2.922.044
Material de embalagem	36.064	45.452
Mercadoria em poder de terceiros	-	32.599
Peças de reposição	811.852	1.141.229
Material de expediente	78.550	98.621
Produtos em processo	2.130.593	1.837.335
Produtos acabados	346.091	496.055
	5.508.981	6.573.335

NOTA 07. IMPOSTOS A RECUPERAR:

	2017	2016
Curto prazo		
IRRF s/ aplicações financeiras	182.079	71.592
IRRF a recuperar	216	4.263
IPI a recuperar	241.832	358.927
ICMS a recuperar	131.723	81.783
PIS a recuperar	46.517	-
COFINS a recuperar	212.760	-
ISS a recuperar	1.161	1.055
INSS a recuperar (a)	311.371	311.371
PIS/COFINS/IRRF a recuperar	129.177	58.239
PIS/COFINS import. a recuperar	3.364	2.612
Outros tributos a recuperar	448.894	184.624
	1.709.094	1.074.466
Longo prazo		
ICMS a recuperar	94.927	46.543
	94.927	46.543
Total do Curto e Longo Prazo	1.804.021	1.121.009

(a)Refere-se a pedidos de restituição de valores pagos indevidamente no exercício de 2015, os quais aguardam homologação por parte da Receita Federal do Brasil.

NOTA 08. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS:

	2017	2016
Adiantamentos a funcionários	110.414	117.486
Adiantamentos a fornecedores	562.535	1.438.712
	672.949	1.556.198

NOTA 09. SOCIEDADES RELACIONADAS:

	2017	2016
Ativo Não Circulante		
Fiabesa Alagoas S.A.	-	596.000
Pavesa	-	31.229
Lagoa do Meio Empreend. S.A	-	7.751.226
Ipanema Empreend. S.A.	30.564.614	21.395.114
Arthur de Azevedo Maranhão	765.580	-
Gerson de Albuq. Maranhão´	710.114	-
Tarcicia de Azevedo Maranhão	664.696	-
Riacho Verde Empreend. S.A.	1.810.267	-
	34.515.271	29.773.569

Em 31/12/2017, os saldos referem-se aos empréstimos e adiantamentos em contas correntes, sem incidência de encargos financeiros, as sociedades ligadas, controladas e pessoas físicas. Os créditos a receber, com sociedades relacionadas, não estão sendo objeto de atualização monetária.

NOTA 10. IMOBILIZADO:

	2017 Custo	2017 Depreciação	2017 Líquido	2016 Líquido
Terreno	5.927.003	-	5.927.003	5.927.003
Edificações	19.086.829	(12.941.855)	6.144.974	7.207.779
Máquinas e equipamentos	62.835.536	(30.916.328)	31.919.208	17.747.070
Veículos	485.260	(312.772)	172.488	248.778
Instalações	5.262.556	(4.052.950)	1.209.606	1.212.338
Móveis e utensílios	2.107.884	(1.292.437)	815.447	756.780
Equipamentos de informática	1.949.190	(1.296.853)	652.337	622.607
Equipamentos de comunicação	66.392	(57.935)	8.457	9.906
Instrumentos ferramentais	258.617	(117.884)	140.733	103.809
Obras em andamento	580.630	-	580.630	722.542
	98.559.897	(50.989.014)	47.570.883	34.558.612

As obras em andamento referem-se a construções, edificações e reformas, não concluídas, com a finalidade de expansão do parque industrial da fábrica. A movimentação do imobilizado está demonstrado a seguir:

	2017	2016		2017	2016
Saldos iniciais em 01/01 de	34.558.612	35.509.070	Depreciação	(2.822.778)	(2.575.125)
Adições	15.892.639	1.749.647	Sdos líq. finais em 31/12 de	47.570.883	34.558.612
Baixas	(57.590)	(124.980)			

As adições do exercício referem-se basicamente as aquisições de novos maquinários para a expansão do parque industrial da fábrica, além de reformas e construções civis.

NOTA 11. INTANGÍVEL:

	2017 Custo	2017 Líquido	Líquido	2016 Líquido
Marcas, direitos e patentes	123.186	(97.100)	26.086	48.915
Software	1.875.051	(848.595)	1.026.456	378.463
	1.998.237	(945.695)	1.052.542	427.378

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	2017	2016		2017	2016
Saldos iniciais em 01/01	427.378	626.191	Amortizações	(111.323)	(275.655)
Adições	736.487	76.842	Saldos líq. finais em 31/12	1.052.542	427.378

NOTA 12. FORNECEDORES: Em 31/12/2017, o saldo no valor de R$ 18.186.547(2016: R$ 20.085.034) refere-se aos fornecedores nacionais de mat.-primas, tendo como principal a Braskem S.A., representado p/ 89,58% do saldo

NOTA 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

	Modalidade	2017	2016
Curto prazo			
Banco Itaú S.A.	Finame	39.005	156.019
Banco Itaucred	Finame	73.911	68.871
Banco Itaú S.A.	Cap. de giro	-	1.249.640
Banco Safra S.A.	Cap. de giro	900.381	1.158.609
Banco Itau-NCE	Investimento	450.442	-
Banco BNB-FNE	Investimento	1.651.404	-
Banco Itaú S.A.	Finame-Atlas	55.715	-
Banco Itaú S.A.	Mecalor	42.871	-
Banco BNB-CI	Investimento	544.123	-
		3.757.852	2.633.139
Longo prazo			
Banco Itaú S.A.	Finame	6.159	111.638
Banco Itaú S.A.	Nota de crédito	-	520.006
Banco Safra S.A.	Cap. de giro	1.275.539	2.276.506
Banco BNB-FNE	Investimento	13.211.231	-
Banco Itaú S.A.	Finame-Atlas	134.465	-
Banco Itaú S.A.	Mecalor	103.605	-
Banco BNB-CI	Investimento	362.749	-
		15.093.928	2.908.150
Total Curto e L. Prazo		18.851.780	5.541.289

As garantias dos emprést. e financiamentos são: alienação fiduciária dos bens financiados, duplicatas e avais dos acionistas. Os empréstimos estão onerados com juros entre 3% a 23,14% a.a. e com vencimento final para o ano de 2015. Cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo: O saldo dos emprést. e financiamentos de l. prazo possui a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	2017	2016
2018	-	1.514.366
2019	8.859.767	1.393.784
2020 a 2025	6.234.161	-
Total	15.093.928	2.908.150

Em 31/12/2017, a Sociedade possui compromissos de venda de 36.686 quilos (2016: 52.581 quilos) dos produtos saco de polipropileno no valor de R$ 516.553.

A movimentação anual dos empréstimos e financiamentos está demonstrada conforme segue:

	2017	2016
Sdos iniciais em 01/01	5.541.289	9.688.890
Empréstimos recebidos	17.942.961	520.000
Amortizações do principal	(3.127.273)	(3.717.049)
Pagamento de juros	(1.505.197)	(950.552)
Saldos finais em 31/12	18.851.780	5.541.289

NOTA 14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS:

	2017	2016
INSS a pagar	615.943	539.135
FGTS a pagar	191.391	155.143
Prov. de férias e enc. sociais	2.302.025	2.438.022
Outras obrigações	3.092	15.336
	3.112.451	3.147.636

NOTA 15. OBRIGAÇÕES FISCAIS:

Curto prazo	2017	2016
ICMS a pagar	125.828	489.514
IRRF a pagar	59.220	48.873
PIS a pagar	7.559	55.229
COFINS a pagar	38.459	255.422
ISS a pagar	2.450	1.963
PIS/COFINS/CSLL a pagar	5.692	9.437
Parcelamentos (a)	1.753.519	744.085
	1.992.727	1.604.523
Longo prazo		
Parcelamentos (a)	243.589	1.904.828
	243.589	1.904.828
Total do Curto e Longo Prazo	2.236.316	3.509.351

(a) Refere-se ao saldo de parcelamentos ordinários de débitos de PIS e COFINS, formalizados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), juntamente com os débitos incluídos no parcelamento instituído pela Lei Nº 13.496, de 24.10.2017 (PERT), liquidado em janeiro de 2018.

NOTA 16. ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL: Foi aprovada em 14/02/2017, através da Ata de RCA, a integralização do capital no valor de R$ 5.880.227, por meio de emissão de 17.793.604 ações ordinárias, sem valor nominal. Vide Nota no. 19.2.

FIABESA GUARARAPES - CONTINUAÇÃO

NOTA 17. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS:

	2017	2016
Depósitos judiciais		
Trabalhistas	238.711	170.233
Tributos federais	42.289	-
ICMS FEEF (a)	1.484.980	349.728
Aduana Braskem (b)	235.648	235.648
	2.001.628	755.609
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:		
Tributos federais (c)	14.935.112	16.950.035
Trabalhistas (d)	921.000	731.615
	15.856.112	17.681.650

(a)Refere-se aos valores dos depósitos judiciais efetuados no Fundo de Equilíbrio Fiscal, que ora vem sendo questionado na justiça; (b) Refere-se aos valores dos depósitos judiciais referente a importação de matériaprima, efetuada à Braskem S.A., sendo apreendido pela Aduana do Brasil, liberado, em 14 de agosto de 2014, mediante liminar judicial; (c) Refere-se aos processos judiciais no âmbito do COFINS, PIS e Ressarcimento de IPI. (d) Refere-se aos processos judiciais de natureza trabalhista. A movimentação anual da provisão para contingências está demonstrada conforme segue:

	2017	2016
Saldos iniciais em 01/01	17.684.650	-
Pagamento	(245.686)	-
Constituição de provisão	189.385	17.681.650
Reversão da provisão (a)	(1.769.237)	-
Saldos finais em 31/12	15.856.112	17.681.650

(a) Correspondente a reversão do valor da provisão relacionada ao processo do Auto de Infração No 10480.727675/2016-73 do IPI, conforme Resolução favorável da Receita Federal do Brasil em 16/08/2017.

NOTA18. IRPJ e CSLL:

	2017	2016
Resultado do ex. antes da trib.	8.235.692	7.666.326
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Crédito fisc. calculado c/ base nas alíq. nominais combinadas	(2.800.135)	(2.606.551)
Reconciliação p/ taxas efetivas:		
Despesas não dedutíveis	(11.323)	(11.354)
Equivalência patrimonial	-	(33.852)
Crédito presumido de ICMS	3.793.627	3.666.941
Total das adições e exclusões	3.782.304	3.621.735
IRPJ e CSLL - Correntes	982.169	1.015.184
Créditos de IRPJ e CSLL, apurados pelos lucro real	982.169	1.015.184

Refere-se a conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), debitada no resultado do exercício. **NOTA 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**:**19.1.Capital social -** O capital social subscrito e integralizado é de R$ 111.917.998 dividido em 173.796.325 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 122.301.665 são ordinárias com direito a voto e 20.496.307 são preferenciais classe "A" e 30.998.353 classe "B" sem direito a voto; **19.2. Aumento do capital social -** (a) Reunião de Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2017 - Foi aprovado oaumento do capital social da Sociedade em R$ 5.880.227, mediante a emissão de 17.793.604 ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R$ 0,33046857 cada. Como consequência, o capital social passou de R$ 102.989.125 para R$ 108.869.352, dividido em 166.671.780 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 115.177.120 ações ordinárias com direito a voto, 20.496.307 ações preferenciais classe "A" sem direito a voto e 30.998.353 ações preferenciais classe "B" sem direito a voto; (b) Assembléia Geral Extraordinária de 28 de novembro de 2017 - Foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade no valor de R$ 3.533.183, mediante emissão de 8.256.887 ações ordinárias normativas, sem valor nominal, ao preço de R$ 0,42790742 cada, em função da incorporação das sociedades Fiabesa Alagoas S.A. e Pavesa S.A. Como consequência, o capital social passou de R$ 108.869.352 para R$ 112.402.535, dividido em 174.928.667 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 123.434.007 ações ordinárias, 20.496.307 ações preferenciais classe "A" e 30.998.353 ações preferenciais classe "B"; **19.3. Redução do capital social** - Também, na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de Novembro de 2017 foi aprovada a redução do capital no montante de R$ 484.537, com o cancelamento de 1.132.342 ações ordinárias, sem valor nominal. Assim, a Fiabesa Guararapes S.A. passou a ter um capital de R$111.917.998, dividido em 173.796.325 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 122.301.665 ações ordinárias, 20.496.307 ações preferenciais classe "A" e 30.998.353 ações preferenciais classe "B". (c) Composição do Capital Social: A composição do capital social está distribuída entre os acionistas da seguinte forma:

	Número de Ações	
Acionistas	**2017**	**2016**
Ações Ordinárias		
Paulo Tenório Maranhão	3	2
Christina de Azevedo Maranhão	3	2
Tarcicia de Azevedo Maranhão	762.426	71.801
Gerson de Albuq. Maranhão	773.732	71.801
Arthur de Azevedo Maranhão	773.732	71.801
Nelson Luiz Nadler Moreira	3	2
Ipanema Empreend. S.A.	119.991.766	97.168.107
	122.301.665	97.383.516
Ações Preferenciais-Classe A		
Tarcicia de Azevedo Maranhão	3.398.751	-
Gerson de Albuq. Maranhão	3.398.751	-
Arthur de Azevedo Maranhão	3.398.751	-
Ipanema Empreendimentos S.A.	9.500.464	-
Outros	799.590	-
Finor	-	20.496.307
(a)	20.496.307	20.496.307
Ações Preferenciais-Classe B		
Ipanema Empreend. S.A.	30.998.353	30.998.353
	30.998.353	30.998.353
	173.796.325	148.878.176

(a) Durante o exercício de 2017, a participação do capital social do FINOR foi colocada em oferta pública, através de 3 (três) leilões ocorridos em 25/07, 28 /12/ e 29 de novembro de 2017. Esta participação do FINOR foi adquirida pelos acionistas da Fiabesa Guararapes S.A. e outros acionistas minoritários. As participações dos acionistas minoritários foram adquiridas, posteriormente, pelos acionistas da Fiabesa Guararapes S.A. em 2018. Vide Nota no. 26.**19.4 - Reservas de lucros:** Do lucro de cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões para imposto de renda e contribuição social e outros que forem determinados e/ou autorizados por lei. O saldo remanescente, que constituirá no lucro líquido do exercício, dar-se-á a destinação de acordo com a ordem: (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social e que poderá ser dispensada nos demais casos expressos em lei; (ii) 25%, no mínimo, para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas em geral e (iii) o saldo restante terá destinação prevista em Assembleia Geral; **19.5 Incentivos fiscais** - Imposto de Renda (IRPJ e CSLL): A Sociedade goza de redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da atividade operacional no período de 2008 a 2017, e da concessão dos benefícios previstos no PRODEPE – Programa de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, com relação ao ICMS incidente sobre as vendas de sua produção com validade até 07/2028. Até 31/12/2017, estas subvenções eram classificadas diretamente como Reservas de Capital. A partir de 2008, conforme Lei nº 11.638/07, que altera a Lei Nº 6.404/1976, os valores dos incentivos fiscais passaram a transitar pelo resultado do exercício para posterior constituição da respectiva Reservas de Lucros. Desde 31 de dezembro de 2009, o lucro líquido da Sociedade vem sendo menor que o incentivo fiscal do ICMS. Consequentemente, os valores relativos ao incentivo fiscal do ICMS - PRODEPE não foram revertidos para a Reserva de Incentivos Fiscais-ICMS. **19.5 Incentivos fiscais** - IRPJ e CSLL: A Sociedade goza de redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da atividade operacional no período de 2008 a 2017, e da concessão dos benefícios previstos no PRODEPE – Programa de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, com relação ao ICMS incidente sobre as vendas de sua produção com validade até 07/2028. Até 31 de dezembro de 2017, estas subvenções eram classificadas diretamente como Reservas de Capital. A partir de 2008, conforme Lei nº 11.638/07, que altera a Lei Nº 6.404/1976, os valores dos incentivos fiscais passaram a transitar pelo resultado do exercício para posterior constituição da respectiva Reservas de Lucros. Desde 31 de dezembro de 2009, o lucro líquido da Sociedade vem sendo menor que o incentivo fiscal do ICMS. Consequentemente, os valores relativos ao incentivo fiscal do ICMS - PRODEPE não foram revertidos para a Reserva de Incentivos Fiscais-ICMS. **19.6.** Ajustes de exercícios anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores são decorrentes de erro imputável a exercício anterior ou a mudança de critérios contábeis, se referem aos seguintes:

	2017	2016
Provisão p/ riscos tributários, cíveis e trabalhistas (a)	(1.579.852)	16.950.035
Outros	(475.257)	625.468
	(2.055.109)	17.575.503

(a) Refere-se as constituições das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e reversões devidos a processos judiciais no âmbito do COFINS, PIS e Ressarcimento de IPI. A Administração da Sociedade optou por não proceder ao ajuste de forma retrospectiva e à reapresentação das demonstrações contábeis por entender que o efeito de sua aplicação é imaterial, conforme permitido no CPC 23 – Políticas contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros.

NOTA 20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA:

	2017	2016
Receita Operacional Bruta		
Venda de produtos - interno	173.396.020	161.916.098
Venda de produtos - externo	4.374.034	4.569.388
Revenda de mercadorias	9.754.514	8.698.840
	187.524.568	175.184.326
(-) Deduções		
Impostos sobre vendas	(43.613.905)	(39.069.379)
Devoluções	(1.093.957)	(996.788)
	(44.707.862)	(40.066.167)
Receita operacional líquida	142.816.706	135.118.159

NOTA 21. CUSTOS DAS VENDAS:

	2017	2016
Insumos	(79.919.626)	(74.350.101)
Gastos gerais de fabricação	(39.984.122)	(38.975.730)
	(119.903.748)	(113.325.831)

NOTA 22. GERAIS E ADMINISTRATIVAS:

	2017	2016
Comissão	(6.100.309)	(4.353.158)
Fretes	(6.366.066)	(5.280.933)
Serviços prestados - PJ	(3.333.246)	(1.705.328)
Depreciação	(2.952.960)	(2.577.577)
Outras despesas	(4.897.668)	(6.338.303)
	(23.650.249)	(20.255.299)

NOTA 23. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS:

	2017	2016
Recuper. de crédito tribut. (a)	460.211	60.626
Doações e subv. p/ invest. (b)	11.157.725	10.785.121
Resultado na venda de imobil.	(5.044)	(21.529)
Perda na alienação de invest.	-	(37.745)
Outras receitas	173.494	2.480
	11.786.386	10.788.953

(a) Corresponde a créditos fiscais registrados em PER/DCOMP. Os valores correspondem ao incentivo fiscal de ICMS-PRODEPE, concedido pelo Estado de PE. O controle contábil deste benefício; (b) Os valores correspondem ao incentivo fiscal de ICMS - PRODEPE, concedido pelo Estado de PE. O controle contábil deste benefício está apresentado na Nota Explicativa nº 19 (d), referente a Reserva de Incentivo Fiscal - ICMS. **NOTA 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** (a) Considerações Gerais: A Sociedade pratica operações caracterizadas como instrumentos financeiros para administrar a disponibilidade financeira de suas operações e suprir as suas necessidades de caixa, todas registradas em contas operacionais. Para estimar o valor de mercado de seus instrumentos financeiros mais relevantes, a Administração da Sociedade utilizou as seguintes premissas: Caixa e equivalentes de caixa está apresentado ao seu valor de mercado, que se assemelha ao seu valor contábil. Empréstimos e financiamentos encontram-se atualizados na forma contratada até 31/12/2017 e 2016. Em 31/12/2017 e 2016, não existiam diferenças significativas entre os valores contábeis e os de mercado dos instrumentos financeiros. Com base na avaliação de riscos da administração da Sociedade, não foram contratadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação. (b) Fatores de Riscos: Os principais fatores de risco inerentes às operações da Sociedade podem ser assim identificados; (i) Riscos de volatilidade do preço: A Sociedade está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas. Esse risco é minimizado pela Sociedade pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastros. A Sociedade mantém políticas de monitoramento e gestão de riscos, revisadas anualmente e aprovadas pela Administração. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada; (ii) Risco de taxa de juros: Decorrente da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e indexadores, que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuem a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Sociedade. A Sociedade monitora de forma contínua as taxas de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas; (iii) Risco de liquidez: É o risco da Sociedade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações relacionadas com os seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A previsão de fluxo de caixa é preparada periodicamente pela Sociedade, mediante a qual são monitoradas as necessidades de liquidez para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às necessidadesoperacionais. **NOTA 25. COBERTURA DE SEGUROS:** A Fiabesa Guararapes S.A. possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado de coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas, relativas as instalações em sua rede, foram contratadas por montantes consideradas suficientes pela Administração da Sociedade para cobrir tais eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações. Em 31/12/2017, o montante do prêmio contratado pela Sociedade é de R$ 59.147.443. **NOTA 26. EVENTOS SUBSEQUENTES:** No início de 2018, os acionistas controladores (pessoas físicas), da Fiabesa Guararapes S.A. adquiriram um total de 799.590 ações, por R$ 389.899, das ações que se encontravam em poder dos acionistas minoritários, passando a ter o controle total da Sociedade.

DIRETORIA

Paulo Tenório Maranhão - Presidente; Gerson de Albuquerque Maranhão Neto - Dir. Administrativo; Arthur de Azevedo Maranhão; Tarcicia de Azevedo Maranhão - Diretores Superintendentes.

Fábio Luiz dos Santos - TC. CRC/PE 016.821/0-5

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES AS DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Diretores da Fiabesa Guararapes S.A. Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações contábeis da Fiabesa Guararapes S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalvas: (a) O ativo imobilizado da Fiabesa Guararapes S.A. está apresentando no balanço patrimonial, em 31/12/2017, um saldo líquido do ativo imobilizado no montante de R$ 47.570.883, do qual R$ 13.862.213 corresponde a bens imóveis e R$ 33.708.670 a bens móveis. A Administração da Sociedade possui Laudos de Avaliação Patrimonial, ao valor justo, emitidos pela AC Avaliações Ltda. para a data base de 31/12/2010 dos bens móveis, e para 31/12/2016 dos bens imóveis para fins de determinação do valor recuperável, e, também, para a determinação da vida útil econômica estimada e do valor residual dos referidos bens, conforme requerido no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Contudo, não foi realizada a avaliação dos parâmetros dos bens móveis para as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2017. Adicionalmente, verificamos inconformidades nas taxas de depreciação utilizadas na contabilidade, quando comparadas com os Laudos de Avaliação Patrimonial, tanto para os bens móveis, quanto para os bens imóveis. Como consequência, ficamos impossibilitados de concluir sobre a razoabilidade dos saldos apresentados nas contas do Ativo Não Circulante – Imobilizado e Depreciação Acumulada e seus reflexos no resultado do exercício e nas contas do patrimônio líquido em 31/12/2017. (b) Em 31/12/2017, existe uma diferença, não justificada, no valor de R$ 4.718.793 entre o saldo apresentado na conta de Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas, no Passivo Não Circulante (R$ 15.856.112) e a resposta de circularização dos Assessores Jurídicos Externos da Sociedade (R$ 11.137.319). Dessa forma, os saldos contábeis estão apresentados a maior naquele valor. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Ênfase: Continuidade operacional - As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações. Contudo, apesar de no exercício findo de 31/12/2017 a Sociedade apresentar um lucro líquido de R$ 8.235.692, este não foi suficiente para reverter substancialmente os prejuízos acumulados que, em 31/12/2017, apresenta um saldo de R$ 41.506.596. Desta forma, a continuidade operacional da Sociedade dependerá do resultado de suas futuras operações, em montante suficiente para a reversão do quadro atual; Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do ano corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto; Transações com sociedades relacionadas: A Sociedade realiza dentro do âmbito de suas operações, transações com sociedades relacionadas. Devido ao volume transacionado e ao risco inerente associado a estas transações, consideramos as transações com Sociedades relacionadas como um dos principais assuntos de auditoria; Como nossa auditoria conduziu o assunto: Dentre outros procedimentos de auditoria, obtivemos o entendimento dos critérios e controles que a Sociedade possui para identificar e mapear as transações com Sociedades relacionadas. Obtivemos uma representação formal por parte da Administração, a respeito da identificação de todas as sociedades relacionadas a Sociedade. Realizamos testes, em bases amostrais, com o intuito de observar a integridade da base de dados das transações com sociedades relacionadas nas demonstrações contábeis da Sociedade. Adicionalmente, efetuamos exames nas movimentações financeiras e nos contratos de mútuo; Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2017, elaborada sob responsabilidade da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com as demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas informações estão conciliadas com as demais demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto; Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalvas" acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil do Ativo Imobilizado e Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas da Sociedade, em 31/12/2017. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esses assuntos; Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações; Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; · Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; · Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Recife, 23 de março de 2018. Sá Leitão Auditores S/S CRC-PE 000.369/O-8 Geraldo Antônio Duarte Ribeiro - Contador CRC-PE 011.493/O-0

(100814)

Consulte o nosso site: www.cepe.com.br